

De 09/09/2022 a 06/10/2022

ConsulcampNews

As principais alterações na legislação



consulcamp
DESDE 1976



Discussões Judiciais e Administrativas sobre Tributação

- ❖ Pagamentos variáveis a conselheiros podem ser deduzidos, decide STJ;
- ❖ Juiz permite exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins;
- ❖ STJ julgara exclusão do ICMS ST do PIS/Cofins;
- ❖ Carf: despesas com itens promocionais são dedutíveis do IRPJ e CSLL;
- ❖ STJ define prazo para lançamento do diferencial de ITCMD sobre partilha de bens;
- ❖ Carf muda entendimento e permite amortização de ágio interno;
- ❖ Carf mantém decisão que afastou contribuição previdenciária sobre PLR a administradores;
- ❖ Carf: PLR deve estar condicionada ao cumprimento de metas e lucratividade ;
- ❖ Carf: Descontos não constituem receita, mas recuperação de custo;
- ❖ Rateio de despesa e PIS/Cofins;
- ❖ STJ entende que contribuinte pode ir direto ao Judiciário e anula débito de IRPJ.

Pagamentos variáveis a conselheiros podem ser deduzidos, decide STJ



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que as empresas podem deduzir do cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) todos os pagamentos a administradores e conselheiros, e não só valores fixos e mensais.

Essa decisão afeta principalmente empresas que apuram seu impostos no regime de Lucro Real.

Foi dito que todos os custos e despesas operacionais são dedutíveis da base de cálculo do Imposto de Renda nas apurações pelo regime do lucro real. Conceito que inclui os pagamentos a administradores e terceiros, mesmo que feitos de forma eventual. Trata-se de despesas das empresas, não renda.

STJ

Fonte: [Valor econômico](#).

Juiz permite exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins

PROCESSO Nº 5026657-97.2014.4.04.7001

A instituição originária do processo defendeu que os impostos em questão não devem incidir sobre a parcela correspondente ao ICMS repassado ao Estado, sob pena de se tributar o próprio patrimônio empresarial, pois ferem o princípio constitucional da capacidade contributiva, consagrado no artigo 145, § 1º, da CF/88, aplicando-se o mesmo raciocínio para a exclusão do ISS na base de cálculo do PIS/PASEP e da Confins.

O magistrado verificou a legitimidade da ANCT com base em decisão do STF, em que o ministro Edson Fachin deu provimento ao recurso, reconhecendo "a legitimidade ativa da recorrente para propor o presente mandado de segurança coletivo em favor de seus afiliados, independentemente de autorização expressa de seus associados, nem de que a relação nominal desses acompanhe a inicial".

Para decidir pela exclusão do pagamento de ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins, o magistrado considerou outra decisão do STF, que decidiu que é inconstitucional a Receita Federal cobrar PIS e Cofins sobre o ICMS, visto que o imposto estadual, apesar de ser contabilizado no faturamento por fazer parte do preço final dos produtos, não fica com as empresas.

De acordo com o presidente da ANCT, Luiz Manso, "a decisão diminuirá muito a carga tributária das empresas e permitirá que os empresários possam reaver os valores pagos a maior desde quando foi ajuizada a ação coletiva".

Fonte: [Migalhas](#)

STJ julgará exclusão do ICMS ST do PIS/Cofins

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem duas discussões envolvendo ICMS-ST e PIS e COFINS. Uma delas trata da possibilidade de exclusão do imposto estadual da base de cálculo das contribuições devidas pelo contribuinte substituído. A outra do direito a créditos dos tributos federais.

Nos repetitivos, a serem analisados também pela 1ª Seção, os contribuintes tentam aplicar a decisão do STF que excluiu o ICMS da base do PIS e da Cofins. Mas, de acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), não seria possível, já que, como o STF esclareceu nos embargos, deve ser excluído o ICMS destacado na nota.



STJ

Fonte: [Valor Econômico](#).

Carf: despesas com itens promocionais são dedutíveis do IRPJ e CSLL

A 1ª Câmara Superior do CARF decidiu por unanimidade de votos, que despesas com material promocional distribuído para fomentar as vendas não são brindes e, portanto, são passíveis de dedução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

No caso concreto, a contribuinte é editora de uma revista que, para a promoção de seus produtos, oferece aos compradores, junto com o produto vendido, itens como relógios, rádios e calculadoras. Para a fiscalização, tal situação trata-se de despesas com brindes, que são indedutíveis, conforme a legislação.

No entanto, para o relator, conselheiro Alexandre Evaristo Pinto, os produtos entregues eram de pequeno valor e, “além da divulgação, havia uma certa contraprestação em compras, contando que os bens acompanhavam os produtos da recorrente”.

Nesse sentido, foi ressaltado que o artigo 380 do [RIR/2018](#) permite a dedutibilidade da despesa com propaganda, uma vez que o material promocional não foi considerado brinde.

CARF

Fonte: Jota Info.

STJ define prazo para lançamento do diferencial de ITCMD sobre partilha de bens

Os ministros da 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ([STJ](#)) decidiram, por unanimidade, que o prazo decadencial para o fisco constituir crédito tributário decorrente da diferença de alíquotas do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação ([ITCMD](#) ou ITCD) incidente sobre partilha de bens em inventário começa com o trânsito em julgado da decisão acerca da alíquota aplicável.

Afirmado, no caso concreto, apenas com o trânsito em julgado da decisão que aplicou o entendimento do STF (pela constitucionalidade da alíquota progressiva), o estado do Rio Grande do Sul passou a ter o direito de efetuar o lançamento complementar de ITCMD.

A discussão envolve a progressividade da alíquota de ITCMD, pois em 2013, no julgamento do RE 562045 (Tema 21 da repercussão geral), o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade da progressão da alíquota de ITCMD (de 1% a 8%) prevista no artigo 18, da Lei gaúcha 8.821/89.

Fonte: [Jota Info](#).



consulcamp
DESDE 1976

STJ

Carf muda entendimento e permite amortização de ágio interno

A decisão resultou de uma mudança de entendimento, motivada pela nova composição da 1ª turma da Câmara Superior do Carf permitiu a amortização do ágio interno incorrido dentro de um mesmo grupo econômico. Prevaleceu o entendimento de que antes da Lei nº 12.973, de 2014, não havia impeditivos legais para o abatimento da parcela da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Essa foi a primeira vitória pró-contribuinte desse tema na última instância do Carf.

O ágio é o valor percebido em operações de reestruturação societária quando uma empresa adquire outra e paga um valor superior ao patrimônio líquido da companhia adquirida, uma vez que acredita que ocorrerá uma valorização da empresa no futuro.

No caso concreto, a operação societária ocorreu entre os anos de 2002 e 2005, período em que a legislação ainda era vigente, e o ágio interno foi amortizado entre 2006 e 2010.

CARF

Fonte: [Jota Info](#).

Carf mantém decisão que afastou contribuição previdenciária sobre PLR a administradores



O colegiado manteve decisão que afastou a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) paga aos administradores da empresa.

A discussão girou em torno da fundamentação para a não incidência da contribuição sobre a PLR paga aos administradores. Segundo a Fazenda, houve contradição entre a decisão da turma que deu provimento parcial ao recurso do contribuinte, mantendo a incidência para a PLR paga a empregados e afastando-a para os valores pagos a administradores.

O conselheiro Wesley Rocha abriu divergência. Segundo Rocha, o acórdão original foi claro quanto à intenção do colegiado de afastar a exigibilidade da contribuição sobre a PLR paga a administradores. Para o conselheiro, a turma estaria impedida de rediscutir a questão, bastando explicitar o entendimento de que a lei 9.404/76 aplica-se à PLR paga aos administradores, enquanto a lei 10.101/2000 aplica-se à PLR paga aos empregados.

CARF

Fonte: Jota Info.

Carf: PLR deve estar condicionada ao cumprimento de metas e lucratividade

[PROCESSO Nº 16832.000285/2009-72.](#)

Por unanimidade, a turma manteve a incidência da contribuição previdenciária sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) com valor fixo definido em convenção coletiva. Os conselheiros entenderam que, embora a fixação de um valor seja admissível, no caso concreto o instituto foi desnaturado, uma vez que o contribuinte não cumpriu requisitos previstos na Lei 10.101/2000, entre eles a lucratividade da empresa e programas de metas e resultados.

Segundo a julgadora, no caso concreto, os acordos firmados entre o contribuinte e os sindicatos não fizeram qualquer condicionamento à lucratividade da empresa, bem como à criação programas de metas e resultados para o pagamento, descumprindo, assim, requisitos previstos na lei 10.101.

CARF

Fonte: [Jota info](#).

Carf: Descontos não constituem receita, mas recuperação de custo

A 3ª Turma da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) deu provimento ao recurso de um contribuinte, afastando a incidência de PIS e Cofins sobre descontos obtidos na aquisição de mercadorias.

Prevaleceu o entendimento de que descontos e bonificações não têm natureza de receita, não incidindo, portanto, as contribuições. A decisão, pelo desempate pró-contribuinte, representa uma mudança na jurisprudência da turma com relação ao tema.

Os conselheiros também permitiram a tomada de créditos de PIS e Cofins sobre as despesas com frete para transferência de produtos acabados entre estabelecimentos do mesmo grupo econômico. No entanto, por unanimidade, mantiveram a incidência de juros de mora sobre multa de ofício, aplicando a Súmula 108 do Carf.

CARF

Fonte: [Jota Info](#).

Rateio de despesa e PIS/Cofins

A Recentemente a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) analisou a incidência do PIS e da Cofins sobre valores recebidos pela empresa centralizadora a título de compartilhamento de rateio de despesas, surpreendendo com uma posição distinta da até então proferida pelo tribunal administrativo e pela Receita Federal do Brasil.

O [acórdão nº 9303-012.980](#), de março deste ano, reconheceu a possibilidade de concentração dos gastos em uma única empresa do grupo econômico, mas considerando que os valores assim recebidos configurariam ressarcimento por prestação de serviço. De acordo com a decisão, “os valores recebidos pela pessoa jurídica centralizadora das atividades compartilhadas, das demais pessoas jurídicas integrantes do grupo econômico, por conta dos serviços prestados, ainda que referidos como reembolso, integram a base de cálculo da contribuição para a Cofins, devida pela pessoa jurídica centralizadora”.

A recente decisão da Câmara Superior do Carf conclui que os valores recebidos pela empresa centralizadora no contexto do compartilhamento de despesas constituem receita e, como tal, são passíveis de tributação por PIS/Cofins, indo contra a posição da Receita Federal em solução de divergência, a CSRF gera insegurança jurídica e estimula os contribuintes a se socorrerem ao Judiciário.

Fonte: [Valor Econômico](#).

CARF

STJ entende que contribuinte pode ir direto ao Judiciário e anula débito de IRPJ



A 1ª Turma do STJ julgou não ser necessário o contribuinte recorrer a uma medida administrativa de início e pode ir diretamente ao judiciário para garantir o seu direito.

O caso é de uma empresa que declarou um pagamento a maior no preenchimento da declaração a título de IRPJ, e decidiu por ir direto ao judiciário para reaver o valor pago a maior, sem realizar uma medida administrativa anteriormente.

A Fazenda Nacional argumentou, entre outros pontos, que o contribuinte não procurou a Receita Federal para retificar a declaração e, em vez disso, optou por acionar diretamente o Judiciário. Para a Fazenda, faltou, portanto, interesse de agir, uma das condições para o direito de ação. Em outras palavras, o contribuinte não teria precisado do Judiciário para obter o seu direito.

STJ

Fonte: Jota info.

Soluções de Consultas da RFB

- ❖ Crédito de PIS/Cofins com contratação de vale-transporte da mão de obra empregada;
- ❖ Regime Especial de Tributação aplicável às construtoras do programa Minha Casa Minha Vida;
- ❖ Receitas decorrentes das operações de vendas a Empresa Comercial Exportadora (ECE) com o fim específico de exportação;
- ❖ Incidência de PIS/Cofins no pagamento de despesas com publicidade e propaganda e “taxa” de incremento de vendas;
- ❖ Solução de Consulta publicada muito parecida com a SC 183/2021.

Crédito de PIS/Cofins com contratação de serviços de transporte da mão de obra empregada



SOLUÇÃO DE CONSULTA DISIT/SRRF01 Nº 1001, DE 08 DE JUNHO DE 2022

Os gastos da pessoa jurídica com a contratação de serviços de transporte para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa da mão de obra empregada em seu processo de produção de bens ou de prestação de serviços, em substituição ao fornecimento de vale-transporte, podem ser considerados insumos para fins de apuração de créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS.

Regime Especial de Tributação aplicável às construtoras dos programas Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 34, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Para os contratos de construção firmados e com as obras iniciadas em 2019, a opção pelo RET de que trata o art. 2º-A da [Lei nº 12.024](#), de 2009, poderá ser realizada a qualquer tempo e abrange somente as receitas auferidas após a opção e a partir de 1º de janeiro de 2020.

A opção pelo RET aplicável às construtoras se dá logo que atendidas todas as condições de adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) e pelo primeiro pagamento mensal unificado na forma do art. 14 da [Instrução Normativa RFB nº 1.435, de 2013](#).

O valor das unidades habitacionais considerado para fins do RET-Construtoras PMCMV é o valor comercial da unidade habitacional, entendido como o valor de comercialização da unidade ao adquirente final.

Aplica-se a legislação vigente na data em que a receita é auferida e não na data do pagamento do tributo apurado. O tributo relativo ao fato gerador ocorrido em 2019 e recolhido em 2020 não se sujeita ao tratamento previsto no art. 2º-A da Lei nº 12.024, de 2019.

Incidência de PIS/Cofins no pagamento de despesas com publicidade e propaganda e “taxa” de incremento de vendas

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 38, DE 08 DE SETEMBRO DE 2022

Os descontos incondicionais consideram-se parcelas redutoras do preço de vendas, quando constarem da nota fiscal de venda dos bens ou da fatura de serviços e não dependerem de evento posterior à emissão desses documentos.

Os descontos concedidos após a emissão da nota fiscal de venda, dependendo de condição ulterior e incerta para sua quantificação e confirmação, são materialmente qualificados como descontos sob condição suspensiva (descontos condicionais).

Os valores pagos pela consulente relativos às despesas de propaganda, publicidade e promoção incorridas pelos adquirentes das mercadorias e a taxa de sucesso por incremento no volume de vendas, apurados após a emissão da nota fiscal de venda, ainda que venham a constituir parcelas redutoras do valor a ser efetivamente pago pelo adquirente das mercadorias à pessoa jurídica vendedora, não se caracterizam como descontos incondicionais concedidos, devendo, consequentemente, ser computados na base de cálculo da Cofins na sistemática de apuração não cumulativa.

Receitas decorrentes das operações de vendas a Empresa Comercial Exportadora (ECE) com o fim específico de exportação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA DISIT/SRRF01 Nº 1002, DE 08 DE JUNHO DE 2022

O PIS/Cofins não incidem sobre as receitas decorrentes das operações de vendas a Empresa Comercial Exportadora (ECE) com o fim específico de exportação.

Além disso, poderão sair do estabelecimento industrial com suspensão do IPI.

Consideram-se adquiridas com o fim específico de exportação, as mercadorias remetidas, por conta e ordem da ECE, diretamente do estabelecimento da pessoa jurídica vendedora para:

- I) embarque de exportação ou para recintos alfandegados; ou
- II) embarque de exportação ou para depósito em entreposto sob regime aduaneiro extraordinário de exportação, no caso de ECE de que trata o Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972. As mercadorias podem permanecer na empresa comercial exportadora pelo prazo previsto na norma.

Incidência de juros de mora no caso de indébito tributário até a data do trânsito em julgado

SOLUÇÃO DE CONSULTA DISIT/SRRF01 Nº 7016 DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Aborda o tema de indébito tributário de Contribuição para o PIS/Pasep e de Cofins e os juros de mora sobre ele incidentes até a data do trânsito em julgado devem ser oferecidos à tributação do IRPJ no trânsito em julgado da sentença judicial que já define o valor a ser restituído.

Na hipótese de compensação de indébito decorrente de decisões judiciais transitadas em julgado, nas quais em nenhuma fase do processo foram definidos pelo juízo os valores a serem restituídos, é na entrega da primeira Declaração de Compensação, na qual se declara sob condição resolutória o valor integral a ser compensado, que o indébito e os juros de mora sobre ele incidentes até essa data devem ser oferecidos à tributação pelo IRPJ.

Correlacionada com a [Solução de Consulta 183/2021](#), que também aborda esse tema.

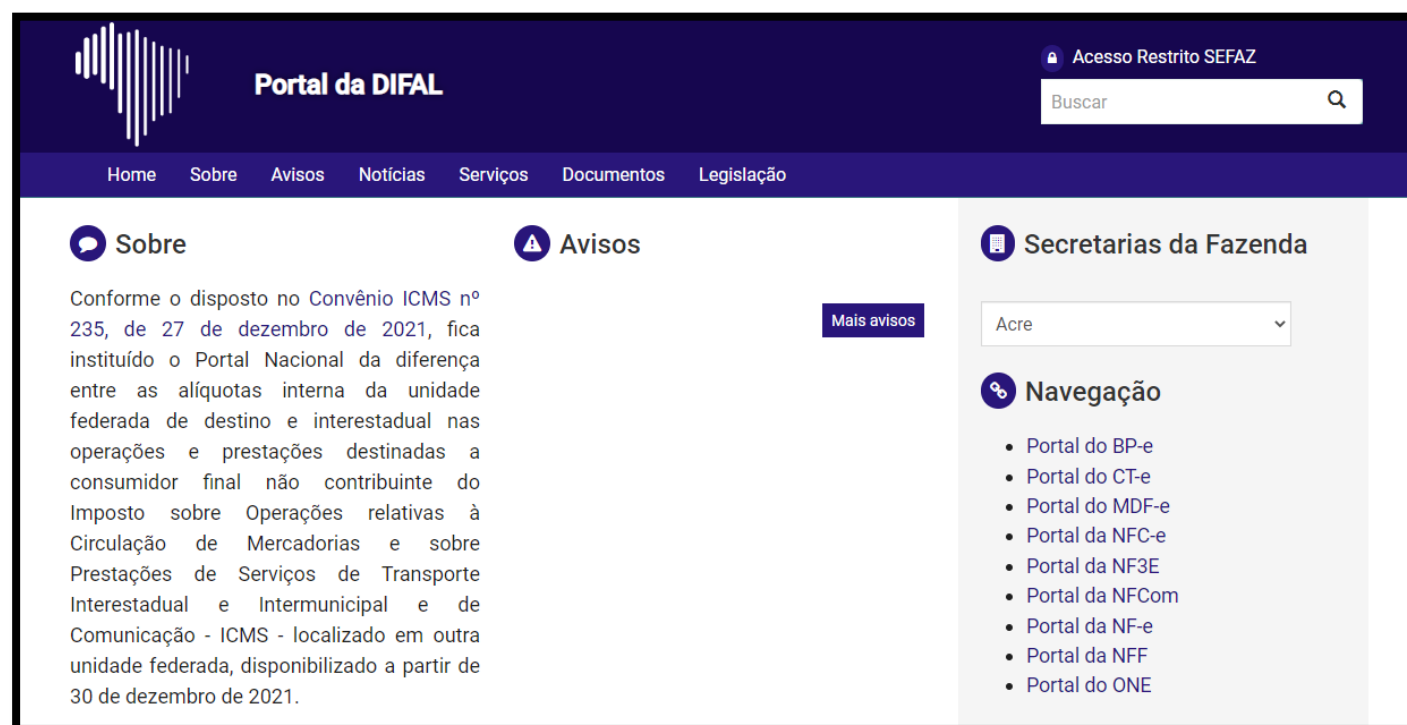


ICMS/IPI

- ❖ Atualização do Portal DIFAL;
- ❖ ICMS/RS - Estado revoga a substituição tributária;
- ❖ Prorrogação da utilização do IVA (MVA) no setor de materiais de construção e congêneres;
- ❖ Consolidação das Leis Tributárias do Município de São Paulo;
- ❖ Difal de ICMS pode ser cobrado ainda em 2022, vota relator;
- ❖ Difal de ICMS: Toffoli pede vista e suspende julgamento;
- ❖ Aquisição interestadual de energia elétrica em ACL a destinatário não sujeito ao imposto;
- ❖ Operações interestaduais destinadas a consumidor final em SP, entrega em outra unidade federativa, DIFAL.

Atualização do Portal DIFAL

A Coordenação Técnica do ENCAT publicou no dia 14/09/2022 que o Portal Nacional do Difal está com nova identidade visual, a atualização permite consultas dinâmicas e integração total com demais sistemas de documentos fiscais eletrônicos.



Fonte: [Portal da DIFAL](#)

ICMS/RS - Estado revoga a substituição tributária

DECRETO Nº 56.633, DE 29 DE AGOSTO DE 2022.

O Estado do Rio Grande do Sul revoga a substituição tributária em operações com mercadorias de quatro segmentos, a partir de 1º de outubro de 2022.

O ato normativo também traz orientações aos atacadistas e varejistas estabelecidos no Rio Grande do Sul, no que se refere ao levantamento do estoque dessas mercadorias.

- Lâmpada elétrica, diodos e aparelhos de iluminação
- Produtos alimentícios
- Material de limpeza
- Exclusivamente em relação às mercadorias classificadas na posição 2201 da NBM/SH (água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais)

Prorrogação da utilização do IVA (MVA) no setor de materiais de construção e congêneres

PORTARIA SRE Nº 65, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O Estado de São Paulo prorroga de 30/11/2022 para 31/01/2023 a utilização da MVA/IVA calculada e publicada pelo estado para fins de retenção e pagamento do ICMS-ST nas saídas de materiais de construção e congêneres.

A partir de 01/02/2023, a MVA/IVA utilizada para fins de retenção e pagamento do ICMS-ST nas saídas de materiais de construção e congêneres, será estabelecida através de levantamento de preços realizado por entidade representativa do setor, com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado.

Consolidação das Leis Tributárias do Município de São Paulo

DECRETO Nº 61.810 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

O Município de São Paulo publicou o Decreto 61810/22, em 15/09/22, que regulamenta a Consolidação das Leis Tributárias do Município de São Paulo.

Importante salientar que, além dos impostos municipais (ISS, IPTU e ITBI), a norma consolida a legislação que versa sobre taxas municipais, contribuição de melhoria e contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.

Fonte: [Prefeitura de São Paulo.](#)

Difal de ICMS pode ser cobrado ainda em 2022, vota relator

O Difal de ICMS em operações envolvendo mercadoria destinada a consumidor final não contribuinte do imposto localizado em outro estado pode ser cobrado regularmente em 2022. Esse é o entendimento do relator, ministro Alexandre de Moraes, do STF, em voto apresentado nesta sexta-feira (23/9) no julgamento das três ações que discutem a cobrança do diferencial. Os processos são as ADIs 7066, 7070 e 7078. Em seu voto, Moraes concluiu que a LC 190/22 não instituiu ou majorou tributo e, portanto, não precisa observar as anterioridades nonagesimal e anual. Portanto, a cobrança pode ser realizada já no exercício de 2022.

Caso a posição do relator prevaleça, o Difal poderá ser cobrado a partir de 02/03 ou 1/04 de 2022. Isso porque, em seu voto, Moraes entendeu que é constitucional o dispositivo segundo o qual as novas definições de contribuinte, local e momento do fato gerador do Difal podem produzir efeitos no primeiro dia útil ao terceiro mês subsequente ao da disponibilização do portal do difal. Trata-se do artigo 24-A, parágrafo quarto, da Lei Kandir (LC 87/96), incluído pela LC 190/2022.

O ministro do STF Dias Toffoli, pediu vista do processo, suspendendo na terça-feira (27/9) o julgamento das ações que discutem o momento de cobrança do Difal de ICMS em operações envolvendo mercadoria destinada a consumidor final não contribuinte do ICMS localizado em outro estado. Desde então, estados e contribuintes divergem sobre o início dos seus efeitos, se em 2022 ou em 2023.

Fonte: Jota Info.

Aquisição interestadual de energia elétrica em ACL a destinatário não sujeito ao imposto

RESPOSTA À CONSULTA TRIBUTÁRIA 25570/2022, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022.

Foi publicada a Resposta a Consulta 25770/2022, que traz entendimento sobre aquisição de energia elétrica adquirida em operação interestadual em ACL, onde o destinatário paulista não é considerado contribuinte do ICMS, isso caso não pratique atividades relacionadas a energia elétrica.

“II. O contribuinte eventual do ICMS, obrigado a se inscrever no CADESP por adquirir energia elétrica em operação interestadual, está dispensado do cumprimento de obrigações tributárias principal e acessórias relativas às operações não relacionadas à aquisição de energia elétrica, tais como, emissão de Notas Fiscais na circulação de mercadorias, que praticar sem finalidade comercial, ou de exigir Notas Fiscais na aquisição de mercadorias de contribuintes do ICMS. (...)”

11. Assim, ainda que o destinatário paulista da energia elétrica objeto da operação interestadual seja contribuinte eventual do ICMS e obrigado a se inscrever no CADESP, não será considerado contribuinte do imposto para atividades ou operações não relacionadas à aquisição de energia elétrica, caso não pratique outras atividades sujeitas ao imposto que não sejam exclusivamente decorrentes da aquisição de energia elétrica.”

Operações interestaduais destinadas a consumidor final em SP, entrega em outra unidade federativa, DIFAL



RESPOSTA À CONSULTA TRIBUTÁRIA 25797/2022, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Foi publicada a Resposta a Consulta 25797/2022, que traz entendimento que quando um consumidor final não contribuinte paulista adquirir mercadoria de outra Unidade Federada, só será devido o DIFAL ao Estado de São Paulo se ocorrer entrada física da mercadoria no território paulista.

“6. Assim, quando um consumidor final não contribuinte paulista adquire mercadoria de outro Estado, só será devido o DIFAL ao Estado de São Paulo se ocorrer a entrada física da mercadoria no território paulista.”



Benefícios, Incentivos Fiscais, Compensações Tributárias e Acordos para evitar Bitributação

- ❖ Ministério da Economia publica nova regulamentação sobre os regimes de drawback suspensão e isenção.

Ministério da Economia publica nova regulamentação sobre os regimes de Drawback Suspensão e Isenção



[PORTARIA CONJUNTA SECINT / RFB Nº 76, DE 09 DE SETEMBRO DE 2022](#)

Dispõe sobre regras de concessão, gestão e controle dos regimes aduaneiros especiais de drawback suspensão e isenção.

Esses mecanismos permitem a desoneração tributária de insumos aplicados na produção de bens exportados pelos mais variados segmentos da economia brasileira, como carne de aves e suína, minério de ferro, celulose, automóveis e produtos químicos.

A nova regulamentação atende à determinação do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que prevê a necessidade de revisão e consolidação de atos normativos inferiores ao decreto.

A norma permite, ainda, a utilização do drawback isenção pelas empresas exportadoras de bens de capital de longo ciclo de fabricação. Antes, esses exportadores, que costumam ter processos produtivos com prazos superiores a 2 anos, somente podiam se beneficiar do drawback suspensão.

Fonte: [Receita Federal do Brasil \(RFB\)](#).



Questões Trabalhistas

- ❖ Regras para facilitar contratação de mulheres viram lei;
- ❖ FGTS Prazo de recolhimento do FGTS permanece no dia 7 do mês;
- ❖ Programa de conformidade normativa trabalhista é instituído no âmbito do MTP;
- ❖ Ministros decidem paralisar ações sobre tributação do terço de férias;
- ❖ Fator Acidentário de Proteção de 3,4 milhões de estabelecimentos já está disponível para consulta.

Regras para facilitar contratação de mulheres viram lei

LEI Nº 14.457, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

Programa Emprega + Mulheres é instituído, tendo como principais objetivos apoiar o papel da mãe na primeira infância dos filhos, qualificar mulheres em áreas estratégicas visando à ascensão profissional e facilitar o retorno das trabalhadoras após o término da licença-maternidade.

Dentre as principais novidades destacamos:

- ✓ Flexibilização jornada de mães com filhos com até 6 anos ou com deficiência;
- ✓ Equalização salarial homens e mulheres na mesma função e empregador;
- ✓ Condições diferenciadas na concessão de microcrédito a mulheres que exerçam atividade produtiva ou prestação de serviços;
- ✓ Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional

Fonte: [Senado noticias](#).

FGTS - Prazo de recolhimento permanece no dia 7 do mês

LEI Nº 14.438, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O prazo de recolhimento do FGTS permanece no dia 7 do mês.

O novo prazo de recolhimento do FGTS até o 20º dia (até o vigésimo dia do mês seguinte), estabelecido pela Lei nº 14.438/2022, somente produzirá efeitos em face dos fatos geradores ocorridos a partir do início da arrecadação pelo sistema FGTS Digital, em data ainda a ser fixada pelo Ministério do Trabalho e Previdência. Dessa forma, o prazo para recolhimento permanece sendo o sétimo dia do mês seguinte ao da competência.

Por exemplo, na hipótese de o sistema FGTS Digital iniciar a arrecadação do FGTS a partir de 1º/06/2023, o prazo para recolhimento do FGTS mensal da competência 05/2023 vencerá em 07/06/2023. O novo prazo para recolhimento do FGTS mensal produzirá efeitos somente em face dos salários (fatos geradores) ocorridos a partir da competência 06/2023, assim, o FGTS mensal dessa competência vencerá em 20/07/2023.

Multa - O prazo para recolhimento do FGTS decorrente da rescisão contratual e da indenização compensatória (multa do FGTS), nos termos do artigo 18 da Lei nº 8.036/1990, não sofreu alteração e continua a ser de até dez dias contados a partir do término do contrato

Fonte: [Ministério do trabalho e previdência](#).

Programa de conformidade normativa trabalhista é instituído no âmbito do MTP



DECRETO Nº 11.205, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022

O Ministério do Trabalho e Previdência e a Secretaria-geral da Presidência da República instituíram o Programa de Estímulo à Conformidade Normativa Trabalhista - “Governo Mais Legal - Trabalhista”. publicado na terça-feira (27) no Diário Oficial da União, estabelece uma política que otimiza a interação entre a administração pública e os administrados, com o objetivo de incentivar o cumprimento da legislação trabalhista.

O Programa será regulamentado pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP). A coordenação será feita pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho e implementado por meio de sistemas tecnológicos que disponibilizarão dossiês trabalhistas individualizados, com possíveis indícios de irregularidades, a partir do cruzamento de informações constantes de banco de dados, possibilitando a adequação ao efetivo cumprimento das normas trabalhistas, entre outros objetivos, tais como:

- ✓ Incentivar a observância às normas de proteção ao trabalho;
- ✓ Modernizar as ferramentas para atuação da Inspeção do Trabalho.

Fonte: [Ministério do Trabalho e Previdência.](#)

Ministros decidem paralisar ações sobre tributação do terço de férias

Alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) têm determinado a suspensão de processos que discutem o pagamento da contribuição previdenciária patronal sobre o terço de férias. A medida vale até a conclusão do julgamento, após a apreciação de pedido de modulação de efeitos da decisão de mérito.

A suspensão dos processos passou a ser adotada antes mesmo da edição de uma orientação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nesse sentido. A Recomendação nº 134, de 9 de setembro, traz, além disso, pedido para que os tribunais superiores ouçam partes interessadas e façam audiências públicas antes de decidirem por eventual modulação.

Os ministros decidiram, em repercussão geral, que incide contribuição patronal sobre o terço de férias (RE 1075485). Porém, antes desse julgamento, prevalecia o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de efeito vinculante, em sentido contrário.

Fonte: [Valor econômico](#).

Fator Acidentário de Prevenção de 3,4 milhões de estabelecimentos já está disponível para consulta



O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) 2022, com vigência para o ano de 2023, já está disponível para consulta. Este ano, o FAP foi calculado para 3.412.997 estabelecimentos. O acesso pode ser feito tanto pela página do Ministério do Trabalho e Previdência, como da Receita Federal do Brasil, por meio da mesma senha que é utilizada pelas empresas para outros serviços de contribuições previdenciárias.

As empresas poderão contestar o FAP atribuído aos seus estabelecimentos por meio eletrônico no período de 1 a 30 de novembro de 2022. O Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) tem a competência para análise das contestações e recursos do FAP, conforme previsto na Lei nº 13.846 (acrescenta inciso II ao art. 126 da Lei nº. 8.213).

Fonte: [Ministério do Trabalho e Previdência](#).

Societário

- ❖ Publicada Lei para modificar os quóruns de deliberação dos sócios da sociedade limitada.

Publicada Lei para modificar os quóruns de deliberação dos sócios da sociedade limitada

LEI Nº 14.451, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

A publicação da Lei nº 14.451/2022 altera os artigos 1.061 e 1.076 da Lei nº 10.406/2022, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“(…)

Art. 1.061. A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização.”

“Art. 1.076

(…)

I - (revogado);

II - pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos previstos nos incisos II, III, IV, V, VI e VIII do caput do art. 1.071 deste Código.

(…)”



Redução de Impostos

- ❖ Medida Provisória trata sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações a que se refere;
- ❖ Medida Provisória zera alíquotas do IR em operações de residentes ou domiciliados no exterior.

Medida Provisória trata sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre remessas ao exterior

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.138, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

A MP altera a Lei 12.249/2010, sobre algumas operações envolvendo remessas ao exterior, que trata o artigo 60, passando a vigorar com as seguintes alterações:

“(...)Art. 60. Fica reduzida a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, de negócios, de serviço ou de treinamento ou em missões oficiais, até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao mês, nos termos, nos limites e nas condições estabelecidos em ato do Poder Executivo federal, para:

VI - 6% (seis por cento), de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024;

VII - 7% (sete por cento), de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025;

VIII - 8% (oito por cento), de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026; e

IX - 9% (nove por cento), de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2027.

(...)”

Medida Provisória zera alíquotas do IR em operações de residentes ou domiciliados no exterior

Medida Provisória nº 1.137, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022

A Medida Provisória 1.137/2022 zera a alíquota do Imposto de Renda para instrumentos de dívida adquiridos por investidores residentes ou domiciliados no exterior - como títulos de debêntures, fundos de investimento em direitos creditórios e letras financeiras, entre outros investimentos, quando já forem tributados no seu país de origem.

Eles terão o mesmo tratamento já aplicado aos de renda variável, permitindo que as emissões de títulos de dívida tenham isonomia tributária em relação às operações de capital.

Ou seja, o governo zera o Imposto de Renda, também, para os títulos de crédito corporativo, dando tratamento isonômico de alíquotas para investimentos em ativos de renda fixa e de renda variável a investidores estrangeiros.

Fonte: [Ministério da Economia](#).



Acordos e Parcelamentos Tributários

- ❖ RFB publica "Perguntas e Respostas" sobre a transação tributária;
- ❖ Liminares liberam negociação de débitos com a PGFN.

RFB publica "Perguntas e Respostas" sobre a transação tributária

Receita Federal - Perguntas e Respostas sobre transação tributária

A Receita Federal publicou um conteúdo em seu site com "Perguntas e Respostas" sobre a transação tributária. O documento publicado pela RFB tem como objetivo esclarecer os contribuintes que desejarem tirar suas dúvidas sobre esse novo instrumento

Já atualizado com as regras da transação que foram atualizadas pela [Portaria RFB nº 208, de 11 de agosto de 2022](#), que regulamentou a Lei nº 14.375, de 21 de junho deste ano.

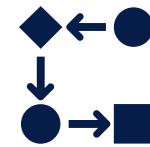
Fonte: [RFB](#)

Liminares liberam negociação de débitos com a PGFN

Empresas que costumam participar de licitações ou estão em busca de empréstimo resolveram entrar com mandado de segurança no Judiciário para obrigar a Receita Federal a inscrever débito tributário na dívida ativa. O pedido pode parecer estranho, já que permite à Fazenda Nacional cobrar o que é devido na Justiça. Mas é a saída para que esse tipo de débito possa ser negociado por meio da chamada transação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

As liminares vêm sendo concedidas para as empresas autuadas pela Receita que precisam da Certidão Negativa de Débito (CND) com urgência. A previsão para a liberação de todas as liminares é um tanto incerta, e podem vir a demorar, principalmente para empresas que não tem débitos milionários.

Fonte: [Valor econômico](#).



Burocracia, simplificação e fiscalização

- ❖ A importância de due diligence no novo decreto sobre *compliance*.

A importância de due diligence no novo decreto sobre compliance

DECRETO Nº 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022

No dia 12 de julho de 2022, foi publicado o Decreto nº 11.129/2022 (Novo Decreto), que mudou a regulamentação da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e revogou o Decreto Federal nº 8.420/2015, que anteriormente disciplinava a supracitada lei.

As principais mudanças trazidas pelo Novo Decreto destacam-se a realização de diligências apropriadas baseadas em risco, para contratação e, conforme o caso, supervisão de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários, despachantes, consultores, representantes comerciais e associados.

Segundo a Pesquisa Global de Gestão de Risco de Terceiros, publicada pela empresa Deloitte em 2021, “a pandemia destacou a necessidade de inteligência em tempo real sobre parceiros e fornecedores”.

O Novo Decreto trouxe a exigência da realização de diligências de forma apropriada e baseadas em risco, com a evidente finalidade de evitar “programas de integridade de fachada”, bem como, vetar a visão de “checklist” que alguns acreditam ser uma alternativa à execução de um trabalho sério neste tema.

Fonte: [FF advogados](#).



Normas Contábeis e de Auditoria

- ❖ Dispõe sobre os critérios para a elaboração dos atos normativos de competência dos Conselhos de Contabilidade;
- ❖ Junta Comercial do Estado de São Paulo não exigirá mais a publicação das demonstrações financeiras das sociedades limitadas de grande porte 27/09/2022;
- ❖ Dispõe sobre a forma de realização das publicações ordenadas pela Lei nº 6.404.

Junta Comercial do Estado de São Paulo não exigirá mais a publicação das demonstrações financeiras das sociedades limitadas de grande porte 27/09/2022



DELIBERAÇÃO JUCESP Nº 02, DE 31 DE AGOSTO DE 2022

A Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) emitiu a Deliberação 02/22, suspendendo a deliberação anterior (Deliberação 01/22) que estabelecia a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras pelas sociedades limitadas de grande porte.

Essa previsão decorria de interpretação controversa da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que estabeleceu as sociedades de grande porte e que menciona apenas as expressões “escrituração” e “elaboração” das demonstrações financeiras, não fazendo referência à palavra “publicação” (obrigatória apenas para as Sociedades Anônimas).

Também não serão mais exigidas pela JUCESP as declarações das sociedades limitadas que não são de grande porte, atestando tal situação.

Dispõe sobre a forma de realização das publicações ordenadas pela Lei nº 6.404



RESOLUÇÃO CVM Nº 166, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Institui sobre a forma de realização das publicações ordenadas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, por parte das companhias abertas de menor porte.

Para fins desta Resolução, consideram-se companhias abertas de menor porte aquelas que tenham auferido receita bruta anual inferior a R\$ 500.000.000,00, verificada com base nas demonstrações financeiras de encerramento do último exercício social.

Ficando facultativo para a empresas de pequeno porte realizar as publicações ordenadas na Lei nº 6.404, de 1976, ou previstas na regulamentação editada pela CVM por meio dos Sistemas Empresas.NET ou Fundos.Net, conforme o caso.

Nota Fiscal Eletrônica

- ❖ Alteração no Ajuste SINIEF 11/19, que altera o Convênio S/Nº, de 1970, que instituiu o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais - SINIEF;
- ❖ Altera o Ajuste SINIEF nº 14/19, que altera o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica;
- ❖ Ajuste SINIEF N° 46, de 23 de setembro de 2022 - Bloco K -Escrituração Fiscal Digital - EFD.

Altera o Ajuste SINIEF nº 14/19, que altera o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.



AJUSTE SINIEF Nº 43, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Ajuste SINIEF nº 14/19, que altera o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.

Institui sobre o prazo que passa a vigorar a redação dada pelo inciso I da cláusula quarta do Ajuste de SINIEF nº14/2019, passando a ser 1º de abril de 2024.

Ajuste SINIEF N° 46, de 23 de setembro de 2022 - Bloco K - Escrituração Fiscal Digital - EFD



AJUSTE SINIEF N° 46, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Em face da publicação do Ajuste Sinief nº 46/2022, tivemos nova alteração envolvendo os contribuintes descritos neste subtópico. Ficou definido que, à critério de cada unidade federada, a partir de 1º.01.2023, poderão ser dispensados de informar os saldos de estoques escriturados nos Registros K200 e K280 os estabelecimentos atacadistas classificados nos grupos 462 a 469 da CNAE, pertencentes a empresa com faturamento anual inferior a R\$ 10.000.000,00.



SPED e Obrigações Acessórias

❖ Nova versão do Guia Prático da EFD ICMS IPI

Nova versão do Guia Prático da EFD ICMS IPI



Publicada a versão 3.1.1 do Guia Prático da EFD ICMS IPI

Conforme estabelecido pelo ATO COTEPE/ICMS Nº 80, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022, foi publicada a versão 3.1.1 do Guia Prático da EFD ICMS IPI com as seguintes alterações:

1. Correção da orientação de preenchimento do campo 05 do registro C190 - retirada do termo FCP
2. Inclusão dos registros C597, C857, C897 e D737 na regra de obrigatoriedade do registro 1900.

Clique [aqui](#) para acessar a documentação.



Previsão de indicadores econômicos

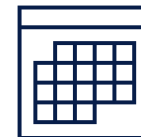
❖ Boletim Focus - Banco Central.

Boletim Focus - Banco Central

Focus		MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO								7 de outubro de 2022				
		2022				2023				2024		2025		
		Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	
IPCA (%)		6,40	5,74	5,71	▼ (15)	5,17	5,00	5,00	= (2)	3,47	▼ (1)	3,00	= (65)	
PIB (var. %)		2,39	2,70	2,70	= (1)	0,50	0,53	0,54	▲ (2)	1,70	= (1)	2,00	= (48)	
CÂMBIO (R\$/US\$)		5,20	5,20	5,20	= (11)	5,20	5,20	5,20	= (11)	5,11	▲ (1)	5,15	= (3)	
SELIC (% a.a.)		13,75	13,75	13,75	= (16)	11,25	11,25	11,25	= (5)	8,00	= (13)	7,75	= (1)	
* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.										▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade em relação ao Focus anterior				

Fonte: Banco Central do Brasil

[Sistema Expectativas de Mercado \(bcb.gov.br\)](https://www.bcb.gov.br/sistemaexpectativas)



Agenda tributária federal e estadual (SP)

- ❖ Agenda Tributária Federal do mês de outubro de 2022;
- ❖ Agenda Tributária SP das Obrigações Principais e Acessórias do mês de outubro de 2022.

Agenda tributária federal e estadual (SP)

Receita Federal - [ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CORAT Nº 13, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022.](#)

Agenda Tributária Federal do mês de outubro de 2022.

Estado de São Paulo - [COMUNICADO SRE Nº 10, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022.](#)

Agenda tributária das Obrigações Principais e Acessórias do mês de outubro de 2022.

Disclaimer

- Consulcamp News é um informativo realizado pela Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda., com o simples propósito de levar informações aos seus clientes e parceiros. É importante ressaltar que o informativo não pretende relacionar toda a legislação divulgada no período.
 - Recomendamos que a utilização das informações nele contidas esteja sempre acompanhada da orientação dos nossos consultores.
 - A consulta do material legislativo requer a verificação de eventuais alterações posteriores à data da elaboração do informativo.
 - Os atos tratados nesta publicação estão apresentados de forma resumida.
- Informativo elaborado em 07.10.2022.



consulcamp
DESDE 1976

Auditoria e Assessoria | Transações Corporativas
Consultoria de Negócios | Consultoria Tributária

www.consulcamp.com.br

Campinas | 19 3231.0399

São Paulo | 11 3255.8857

Goiânia | 62 3541.0184